

ConstruBusiness 2003



ConstruBusiness 2003

O rumo para o desenvolvimento está na construção. Crescimento! Adote essa Política.

Realização



Confederação da Indústria
da Construção - CIC

Apoio



Ministério do Desenvolvimento
Indústria e Comércio Exterior



www.fiesp.com.br/construbusiness

ConstruBusiness 2003

O rumo para o desenvolvimento está na construção. Crescimento! Adote essa Política.



Com a realização deste seu 5º Construbusiness, a indústria da construção civil está partindo para um novo e grande esforço no sentido de obter do governo o apoio que merece e que se faz absolutamente necessário para que o Brasil comece a enfrentar o seu espantoso (e crescente) déficit em habitação, saneamento e infra-estrutura.

Como presidente da FIESP/CIESP há quase seis anos, eu muitas vezes já expressei em público a minha admiração pela qualidade do trabalho e pela capacidade de organização interna dos nossos companheiros da construção civil. Eles vêm produzindo, ano após ano, os seus Seminários da Indústria Brasileira da Construção dentro de um excelente padrão

de planejamento e de execução.

Este quinto encontro não será diferente. Ele está sendo especialmente valorizado pela distribuição aos participantes de um importante documento que reúne, consolida e explica as idéias estudadas dentro do Fórum de Competitividade da Indústria da Construção Civil, sob a égide do Ministério do Desenvolvimento.

Este documento vale uma longa reflexão por nossos companheiros de todas as atividades industriais, porque já representa um esforço de colocar ao governo e à sociedade uma proposta completa de política industrial setorial.

Tendo (como sempre) o otimismo como

bordão, a FIESP/CIESP se une aos empresários da construção civil em formular a esperança de que, desta vez, iremos encontrar não apenas palavras simpáticas em Brasília, mas também ação positiva e decisões rápidas.

A importante proposta colocada por este 5º Construbusiness deve ser recebida com muita atenção e discutida a fundo, para que finalmente o País comece a montar as soluções para o futuro.

Parabéns aos companheiros do Construbusiness 2003 - e bom trabalho!



Horacio Lafer Piva
Presidente da Fiesp/Ciesp

ConstruBusiness 2003

O rumo para o desenvolvimento está na construção. Crescimento! Adote essa Política.

Para colaborar com a política industrial sistêmica que o governo federal está elaborando, a cadeia produtiva do macrossetor da construção desenvolveu uma ampla agenda de diretrizes.

É com satisfação que apresentamos essa agenda no Construbusiness 2003 – 5º Seminário da Indústria Brasileira da Construção, realização conjunta do Fórum de Competitividade da Construção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e da Comissão da Indústria da Construção da Fiesp.

A partir de diagnósticos de consenso entre os elos da cadeia produtiva e o governo federal, a proposta foi formatada com ênfase em ações necessárias nas áreas de tecnologia, financiamento, exportações e legislação.

Se ao longo de 2004 essas ações forem implementadas, muitos gargalos que travam o macrossetor serão removidos, com expressivos ganhos em tecnologia, competitividade, geração de divisas e multiplicação de postos de trabalho.

Encerrada essa etapa, a construção poderá recuperar o papel estratégico que desempenha no desenvolvimento. A todos os que se empenharam nessa direção, nossos sinceros agradecimentos.



Arar Quaresma Filho, Coordenador da CIC e Presidente do SindusCon-SP

A Associação Brasileira de Cimento Portland, através da Comissão da Indústria da Construção, CIC/FIESP, foi chamada a coordenar o Construbusiness na sua 5ª edição.

A tarefa foi facilitada pela união e empenho dos vários elos da cadeia produtiva da Construção, interagindo nos trabalhos, com expressiva e especial contribuição dos Ministérios do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, MDIC, e das Cidades.

Nos temas contemplados pelo 5º Construbusiness destacam-se a ampliação das alternativas de financiamento, com ênfase maior de recursos para habitação social e infra-estrutura; a definição de legislação competitiva e ágil no sentido de viabilizar empreendimentos; a busca de direcionamento para exportação da engenharia brasileira com vistas à captação de divisas; e a busca de inovações tecnológicas, com métodos e processos que garantam mais qualidade, economia e acima de tudo competitividade ao setor.

Com o aprofundamento dos estudos sobre esses temas, a indústria se consolida como peça-chave para o desenvolvimento e o crescimento do País.



Renato José Giusti, Coordenador do 5º Construbusiness e Presidente da ABCP

ConstruBusiness 2003

O rumo para o desenvolvimento está na construção. Crescimento! Adote essa Política.



Alavanca para o desenvolvimento

A indústria da construção civil mostra-se como uma poderosa alavanca para o desenvolvimento, impactando a produção, os investimentos, o emprego e o nível geral de preços. O setor tem uma importante participação no PIB e contribui para o equilíbrio da balança comercial brasileira.

Esta cadeia produtiva, mais intensiva em mão-de-obra e uma das menos dependentes de produtos importados vem, ao longo dos últimos anos, apresentando alta incorporação de tecnologia e significativo aumento de produtividade. Além disso, é a maior contribuinte na formação de capital bruto e representa um dos principais fatores de distribuição de renda no País. Segundo informações do setor, para cada R\$ 1 milhão de demanda de unidades imobiliárias são gerados 101 novos postos de trabalhos diretos, indiretos e induzidos.

Um segmento da construção que merece destaque é o de exportação de serviços de engenharia. A formidável alavanca representada por este macrossetor da construção civil pode influir decisivamente para o equilíbrio do balanço de pagamentos. Ressalte-se que esse é o único setor com superávit na balança de serviços, chegando a US\$ 3,2 bilhões no período de 1998 a 2002.

Possuir engenharias competentes, fortes e desenvolvidas é necessidade imperiosa para qualquer país, e isso só será alcançado com a participação significativa de empresas no mercado internacional. Atualmente, os principais mercados para o Brasil são os países da América do Sul e da África.

Mas, se por um lado a Construção Civil representa dois terços do

investimento da economia brasileira, por outro, ainda possui enormes desafios que passam pela eficiência, qualidade e escala produtiva, sobretudo em se considerando o déficit habitacional, estimado em milhões de moradias (urbanas e rurais), concentrado em 95,5% na faixa de renda de até cinco salários mínimos.

Diversos gargalos que impedem o crescimento deste macrossetor vêm sendo tratados no âmbito do Fórum de Competitividade em Construção Civil, reinstalado no dia 8 de maio deste ano. Coordenado pelo nosso ministério, o fórum se constitui em espaço de diálogo ideal entre o setor produtivo e o governo.

Muitos resultados já foram alcançados, mas é preciso avançar ainda mais. Este governo está disposto a, efetivamente, implantar uma política de desenvolvimento para esta cadeia produtiva, cabendo ao Estado brasileiro, em parceria com os governos estadual e municipal, ser o indutor para que a indústria da construção tenha, efetivamente, o espaço que precisa para dinamizar seus setores e para gerar os empregos que nós queremos e precisamos.

A cadeia da construção civil pode contribuir com a consecução de uma das principais metas do governo federal que é a geração de empregos e a conseqüente inclusão social e diminuição da pobreza neste país, e por isso, não faltarão disposição e vontade política a este Governo Federal, para fazer a construção civil ser a grande geradora de desenvolvimento de que nós precisamos.



Luiz Fernando Furlan,
Ministro do Desenvolvimento,
Indústria e Comércio Exterior

ConstruBusiness 2003

O rumo para o desenvolvimento está na construção. Crescimento! Adote essa Política.

Construindo o desenvolvimento social

A criação de condições de sustentação do crescimento econômico e de redução das desigualdades sociais do Brasil requer a participação ativa da Cadeia da Construção.

Com efeito, investimentos em infra-estrutura (sendo hoje particularmente urgentes em logística e em energia) são imprescindíveis para evitar gargalos e para oferecer externalidades positivas à competitividade da economia brasileira. Não há dúvidas de que sem o suporte de infra-estrutura eficiente não será possível expandir firmemente a capacidade exportadora da economia – condição “sine qua non” para o Brasil crescer.

De outro lado, a urgente redução da desigualdade social requer criação expressiva de empregos e generosa expansão das infra-estruturas básicas de saneamento, habitação, transportes urbanos e dos serviços de saúde e educação. Novos investimentos nessas infra-estruturas sociais são urgentes para criar bem-estar e qualidade de vida – de forma duradoura e permanente. Ademais, sua concretização irá possibilitar a criação substancial de empregos e de renda, dada a relevância e o comprovado poder multiplicador da Cadeia de Construção.

A Cadeia da Construção, portanto, é protagonista imprescindível ao avanço da mudança social e da competitividade do País, pois sem que ela desempenhe o seu papel de alavanca e de ferramenta de execução de investimentos nada disso será possível.

Sérios obstáculos e dificuldades têm bloqueado nas duas últimas décadas as atividades da Construção, redundando na acumulação cada

vez mais intolerável de passivos sociais e de infra-estrutura. Esses obstáculos e dificuldades não são intransponíveis, mas também não poderão ser removidos pela ação isolada do setor privado ou do governo. Requerem parceria ativa e envolvem múltiplas dimensões – legais, institucionais, financeiras, fiscais, tecnológicas.

Neste momento de realização do 5º Seminário da Indústria Brasileira da Construção – Construbusiness, o setor privado que a constitui – mobilizado e coordenado – quer oferecer à sociedade e ao governo um conjunto de propostas e de políticas que permitam pôr em marcha um novo ciclo de investimentos.

Sob o pressuposto de que há inequívoca vontade política de criar as condições de sustentação do desenvolvimento social a Cadeia da Construção confia na criatividade e na racionalidade da parceria público-privada e acredita que as propostas aqui apresentadas serão o início de um processo bem sucedido de formulação e de implementação de soluções efetivas.



Luciano Courinho
LCA Consultores

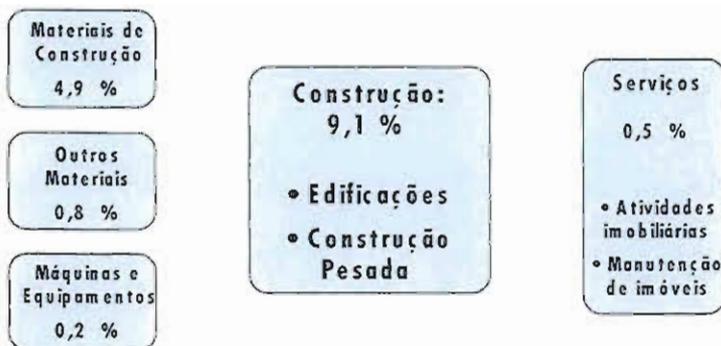
Síntese da relevância do Construbusiness

- Cadeia representa 16% do PIB
- Emprega 15 milhões de pessoas, 4 milhões diretos
- Expressivo poder multiplicador sobre demanda doméstica, com mínimo viés importador
- Superávit comercial de cerca de US\$ 2,5 bilhões ao ano com bens e serviços
- Potencial de superação de gargalos produtivos e de infra-estrutura
- Oportunidade para sanar déficit de moradias, saneamento e equipamentos comunitários

Relevância da Cadeia de Construção Civil para a economia

Relevância do Construbusiness frente ao PIB: 15,5%

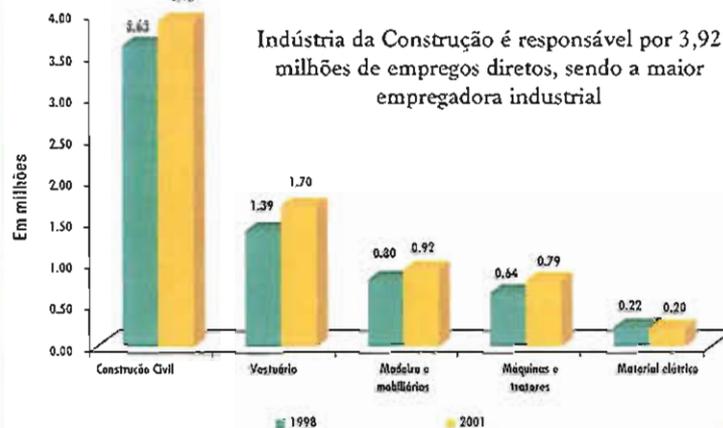
Construbusiness 15,5% do PIB (2001)



Fonte: IBGE - Sistema de Contas Nacionais. Elaboração LCA Consultores.

01

A Indústria da Construção é, isoladamente, a maior fonte de empregos diretos ...

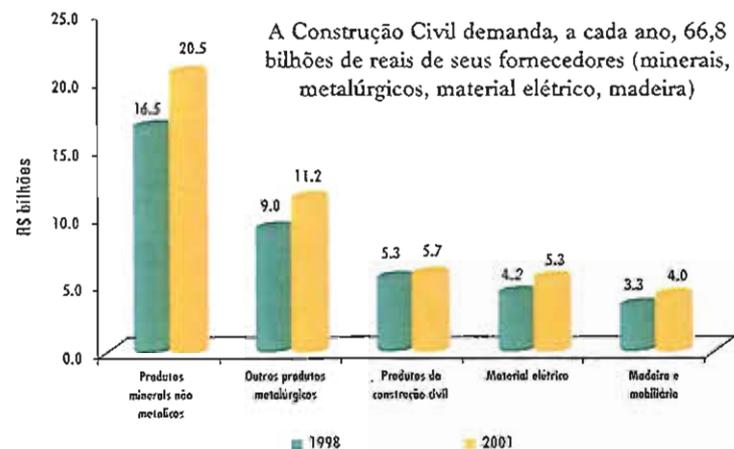


Indústria da Construção é responsável por 3,92 milhões de empregos diretos, sendo a maior empregadora industrial

Fonte: IBGE - Contas Nacionais. Elaboração LCA Consultores.

02

... possui elevado e crescente poder multiplicador de demanda ...



A Construção Civil demanda, a cada ano, 66,8 bilhões de reais de seus fornecedores (minerais, metalúrgicos, material elétrico, madeira)

Fonte: IBGE - Contas Nacionais. Elaboração LCA Consultores.

03

... e constitui a mais poderosa fonte indutora de empregos e renda



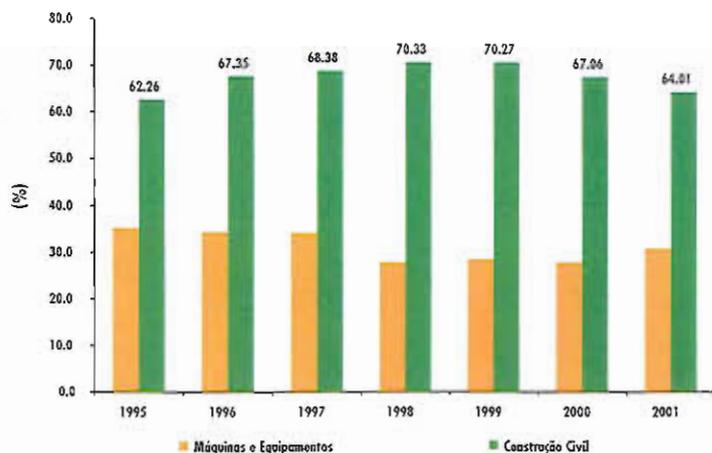
- Ao todo, são 15 milhões de empregos na cadeia da Construção
- 285 empregos indiretos e induzidos a cada 100 empregos diretos

Fonte: IBGE - Contas Nacionais. Elaboração LCA Consultores.

04

Participação é também expressiva na formação de capital...

Peso decisivo na formação bruta de capital nacional (dois terços dos investimentos produtivos da economia passam pela Construção Civil)

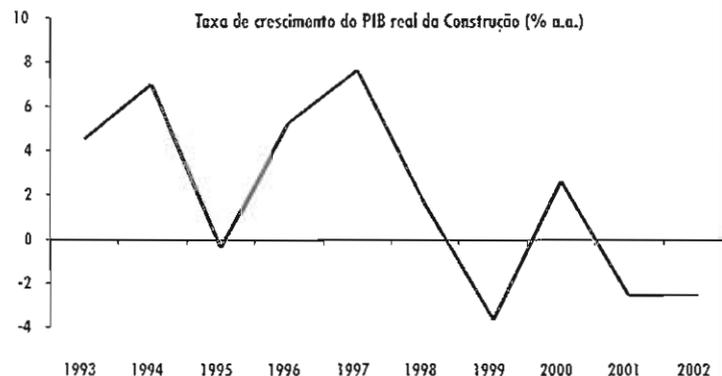


Fonte: IBGE - Contas Nacionais. Elaboração LCA Consultores.

05

... mas potencial indutor vem sendo limitado pelo baixo dinamismo da economia

- Setor é amplamente suscetível à taxa de juros e ao grau de confiança na economia
- Queda do PIB real da Construção deve acentuar-se em 2003



Fonte: IBGE - Contas Nacionais. Elaboração LCA Consultores.

06

Cadeia industrial gera saldos comerciais positivos e crescentes ...

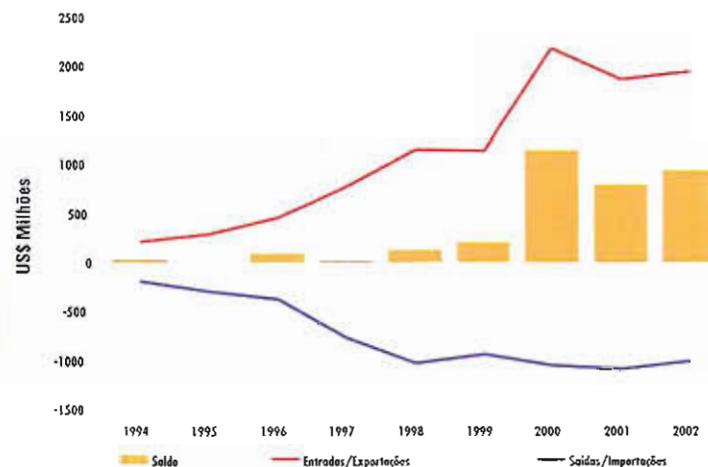
- Cadeia da indústria da Construção é superavitária
- Maioria dos segmentos é bastante competitivo; necessidade de políticas orientadas para alguns segmentos deficitários

Segmentos	US\$ mil		
	1995	2002	Jan/Set 03
Mármaros e Granitos	122.3	319.2	289.9
Prod. Cerâmicos	166.5	231.2	221.8
Vergalhões	74.3	55.5	120.8
Vidros Planos	-35.2	-1.6	10.8
PVC	-5.7	12.9	0.3
Cal	0.2	0.7	-0.1
Cimento	-17.2	-7.1	-6.6
Tintas	-5.1	-25.5	-14.7
Condutores Elétricos	-160.2	-143.0	-87.1
Total	139.9	442.2	535.1

Fonte: Secex/SDP

07

... ainda mais significativos se considerados os saldos com exportação de serviços*



*Serviços de Arquitetura, Engenharia e outros Técnicos - Construção. Critério de caixa. Fonte Banca Central

08

O Setor Habitacional

Habitação: diagnóstico geral

- Tendência ao adensamento das áreas urbanas
 - > Urbanização saltou de 75% (91) para 81% (2000)
- Crescente número de áreas invadidas ou ocupadas irregularmente
- Estatuto das Cidades não contempla normas especiais para regiões metropolitanas e aglomerações urbanas
- Falta de capacitação dos municípios para implementar políticas urbanas
- Tributação elevada para a construção de casas populares. Custos com impostos chegam a 43,61%
- Mecanismos formais de financiamento insuficientes para atender à demanda
- Déficit habitacional elevado e crescente
 - > Déficit aumentou 41,5% de 1991 a 2000

01

Habitação: custos fiscais

Estrutura fiscal nominal e custos das operações de crédito imobiliário
 • Tributação da construção de casas populares: situação recente

Contribuições sociais / folha de salários	20.79%
ICMS	5.16%
COFINS (antes da alteração)	4.97%
ISS	2.81%
ITBI	2.00%
IRPJ	1.99%
IPI	1.95%
Contribuição social / Lucro	1.79%
PIS	1.08%
CPMF	1.08%
Total	43.61%

Fonte: SINDUSCON-PR. Percentual estimado pelo SINDUSCON-SP é de 38,28%

02

Habitação

- Déficit habitacional estimado em 6,65 milhões de unidades (14,5% do total de domicílios)
- Acréscimo de demanda anual: cerca de 400 mil novas habitações/ano, muito acima do acréscimo possibilitado pelo sistema formal
- Crédito imobiliário oficial: insuficiente para elevar número de moradias de forma a reduzir déficit

SFH e CAIXA {

- Destinaram perto de R\$ 10,3 bilhões para habitação nos últimos cinco anos (construção e reformas)
- Viabilizaram cerca de 330 mil unidades habitacionais equivalentes*
- Média de 31 mil unidades/ano

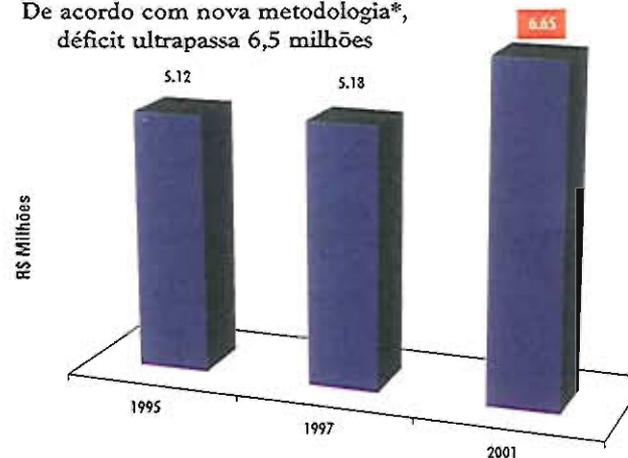
- Baixa interface com investimentos em infra-estrutura (notadamente, saneamento básico)

* Inclui construção, aquisição de imóveis novos e usados e material para construção

03

Déficit Habitacional

De acordo com nova metodologia*, déficit ultrapassa 6,5 milhões

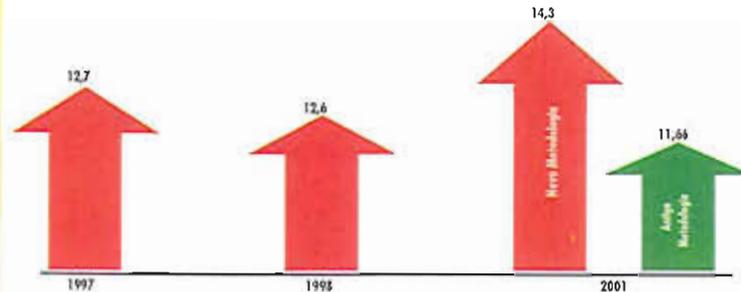


Fonte: IBGE - Contas Nacionais. Fundação João Pinheiro

04

Déficit Habitacional

Evolução do Déficit Habitacional total: em % do total de domicílios



Fonte: PNAD - IBGE

*Além da coabitação e domicílios rústicos, o déficit também inclui o ônus excessivo

05

Déficit Habitacional

Regiões Metropolitanas: celeiro de problemas sociais



Fonte: PNAD - IBGE

06

Relevância da construção auto-gerida

- Investimento total na construção civil soma R\$ 82 bilhões ao ano:
 - > 62% deste total (aproximadamente R\$ 50 bilhões) são investidos através da modalidade de Construção auto-gerida
 - > 30% do total (aproximadamente R\$ 25 bilhões) são investidos com a contratação de empresas construtoras
- Todas as classes sociais fazem construção no sistema de auto-gestão, em particular as classes C, D e E

07

Infra-Estrutura no mercado doméstico

Infra-Estrutura



01

Principais desafios para a Infra-Estrutura

- Aprimoramentos na concepção da PPP para viabilizar interesse de capitais privados
- Consolidação do quadro regulatório
- Flexibilização no uso de recursos públicos com foco em investimentos prioritários, sem abrir mão da estabilidade fiscal e monetária
- Atração de investidores institucionais domésticos para o setor

02

Plano Plurianual: perspectivas de investimento

- Prevê investimentos suficientes em energia elétrica para atender a demanda
 - Reconhece como grave estado de precariedade das rodovias
 - Déficit em saneamento ainda permanecerá.
- Mais investimentos serão necessários no futuro

Investimentos Programados 2004-2007	R\$ milhões
Transportes	12.635
Energia	31.651
Saneamento	22.671
Total	66.957

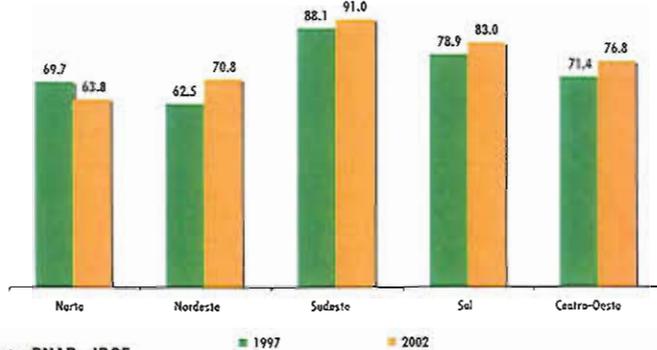
Fonte: Ministério de Planejamento

03

Saneamento

- Indefinições no marco regulatório
- Escassez de funding e limitações financeiras de empresas
- Avanço da área coberta nos anos 90, contudo sem nenhuma modificação estrutural

Presença de Rede Geral de abastecimento de água (% domicílios)

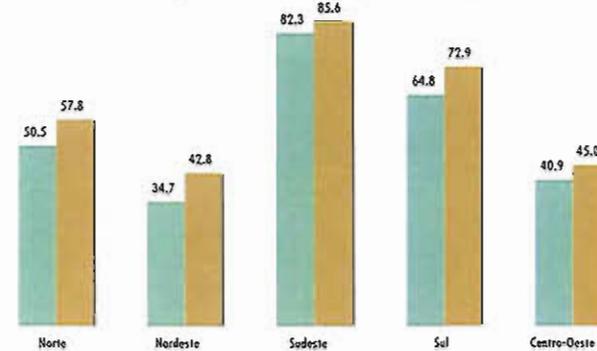


Fonte: PNAD - IBGE

04

Saneamento

Esgotamento sanitário adequado (% dos domicílios)



Fonte: PNAD - IBGE

05

Transportes e Energia

TRANSPORTES

- Rodovias: estradas federais pavimentadas em mal-estado de conservação; estimam-se R\$ 7,5 bilhões/ano para superar problema
- Ferrovias: baixo nível de investimentos e reduzida densidade viária; conflitos entre esferas de governo em áreas de transposição urbana; dificuldades financeiras de empresas privatizadas

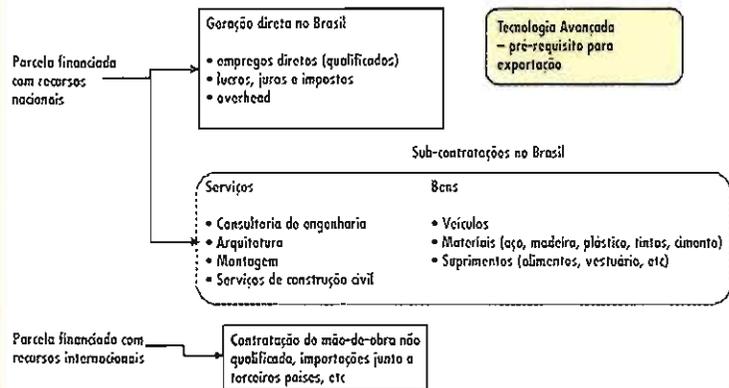
ENERGIA

- Marco regulatório ainda indefinido
- Sobra conjuntural de energia elétrica esconde problema da baixa taxa de investimento no setor, em especial em geração e transmissão
- Riscos de inviabilização de investimentos recentes e em curso em auto-produção e co-geração
- Graves desequilíbrios financeiros de concessionárias reduzem possibilidade de ciclo de investimento privado

06

Infra-Estrutura no mercado externo: Serviços de Engenharia

Exportação de Projetos e Serviços de Engenharia Vantagens para o Brasil



01

Mercado Mundial de Serviços de Engenharia

- Mercado mundial de projetos e empreendimentos (*design e contractors*) estimado em cerca de US\$ 500 bilhões anuais
 - > Demanda fortemente concentrada na OCDE
 - > Forte ritmo de expansão nos países em desenvolvimento
- Exportações: perto de 30% do total
 - > Mercado predominantemente regionalizado
 - > Presença de fortes barreiras: especificações, compras governamentais
- Grau de abertura bastante superior à média (exportações sobre PIB mundial = 15%)

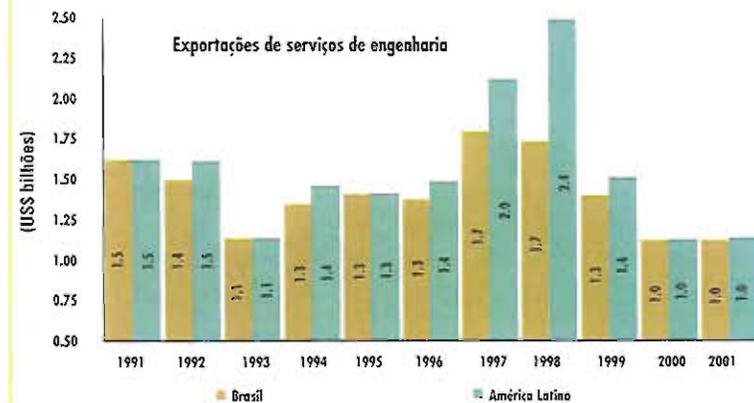
02

Mercado Mundial de Serviços de Engenharia

- Determinantes da competitividade neste mercado:
 - > Escala e robustez financeira: FINANCIAMENTO
 - > Identidade cultural e operacional (relevância dos mercados regionais)
 - > Forte presença do Estado: financiamento e garantias, prospecção, diplomacia, pesquisa
- Predomínio histórico de firmas europeias, americanas e asiáticas
 - > Em volume: EUA, França, Alemanha, UK, Japão
 - > Em dinamismo: Itália, Espanha, China, Coreia, Índia ...
 - > Em declínio: México, Argentina, Oriente Médio

03

Brasil: principal exportador de serviços de engenharia na América Latina ...

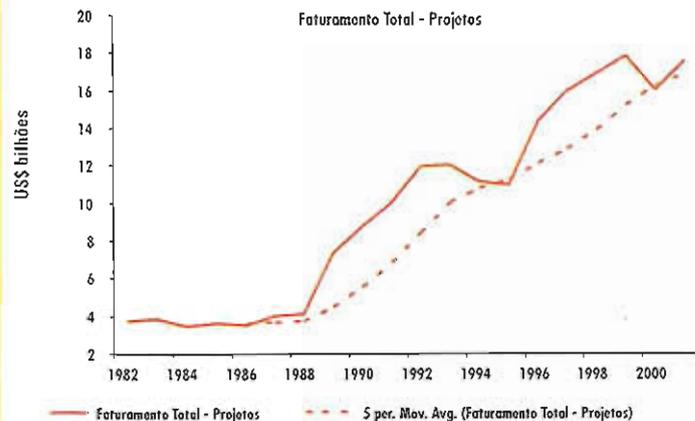


Fonte: ENR (2002) - The Top 225 International Contractors

04

Mercado Mundial de Projetos (design)

- Faturamento da ordem de US\$ 18 bilhões anuais
- Presença de empresas brasileiras de projetos chegou a ser significativa nos anos setenta e oitenta, mas é inequívoca a perda de espaço a partir dos anos noventa
- Apoio governamental é chave para competitividade neste segmento, que por sua vez influencia fortemente capacidade competitiva em serviços de engenharia



Fonte: ENR - The Top 20 Design Firms.

05

Vantagens da Exportação de Serviços de Engenharia para o Brasil: divisas

- Geração de divisas: apesar da inserção ainda tímida, setor é grande exportador
 - > Exportações alcançam cerca de US\$ 1 bilhão ao ano (ENR, critério competência)
 - > Complexos Serviços de Engenharia e Arquitetura geraram US\$ 2 bilhões em 2002 (Fonte: BC, critério caixa)
- No quinquênio 1998-2002, exportações somaram US\$ 8,3 bilhões e contribuíram com superávit de US\$ 3,2 bilhões
- Setor é o único a obter superávits na Balança

06

Vantagens da Exportação de Serviços de Engenharia para o Brasil: empregos e tecnologia

- Geração de empregos também é relevante
 - > Número relevante de empresas domésticas sub-contratadas: cerca de 1.700 ao todo, sendo mais de 1.500 MPEs na indústria e nos serviços

US\$ 100 milhões de exportação geram/mantêm cerca de 19.200 empregos indiretos e induzidos (conforme matriz BNDES)

- Serviços têm elevado valor adicionado:
 - > Difusão natural de tecnologia, conhecimento e cultura nacionais
 - > Capacidade ilimitada de expansão

07

Agenda de políticas para a Cadeia da Construção

Agenda

- Apresentação: objetivos do Construbusiness
- Linhas de ação: agenda de propostas
 - Política habitacional: foco, gestão, acesso a moradias e recursos para financiamento
 - Tecnologia: eficiência produtiva e qualidade na construção
 - Legislação: garantias e regulação
 - Expansão das exportações: serviços de engenharia
- Considerações finais: resultados esperados

Apresentação: objetivos do Construbusiness

- Inclusão social
 - Construção acelerada de novas e melhores moradias
 - Menores custos de construção e melhoria da qualidade de materiais
 - Expansão da rede de atendimento de água e esgoto sanitário
 - Investimentos em infra-estrutura urbana e equipamentos sociais
 - Geração de empregos e renda e qualificação profissional
- Reforço à competitividade sistêmica
 - Investimentos em infra-estrutura: logística, energia, instalações
 - Reforço às exportações de bens e serviços
 - Ganhos de eficiência na construção e nas cadeias usuárias

Instituição de uma Política Nacional de Habitação

- Requisitos:
 - Foco, velocidade e sustentabilidade
 - Gestão centralizada e execução descentralizada
- Tratamento diferenciado para o acesso à moradia:
 - Habitações de Interesse Social (HIS):
 - Recursos orçamentários e extra-orçamentários e subsídios;
 - Sistema Financeiro Habitacional (SFH), FGTS, FAR e FAT
 - Habitação de Mercado (HM):
 - SFH e Sistema Financeiro Imobiliário (SFI)
- Critérios de acesso à HIS e à HM
 - Capacidade de pagamento do destinatário
 - Renda do destinatário

Política Nacional de Habitação: Acesso à moradia

- Habitação: garantia de acesso ao uso, sem necessária aquisição
 - Direito Real de Habitação
 - Locação Social
 - Arrendamento Residencial
- Vias de acesso à moradia a serem focadas:
 - Investimento público na construção e em loteamentos para habitação
 - Reconhecimento e instrumentação da Auto-gestão
 - Regularização fundiária

- Criação de um sistema de subsídios à Habitação de Interesse Social
 - Objetivo: atender de forma mais ampla os programas habitacionais, integrando recursos dos diferentes níveis de governo
 - Concessão ao destinatário, de forma complementar à sua capacidade de pagamento, de forma temporária e intransferível
 - Recursos orçamentários e extra-orçamentários a fundo perdido

Política Nacional de Habitação: Gestão

- Desenvolvimento de amplo programa de regularização e urbanização de áreas de ocupação precária:
 - Desenvolvimento de projetos e tecnologias adequadas para este fim
 - Disseminação de sua adoção em âmbito nacional
 - Promoção da exportação destas soluções, tornando-as competitivas em escala regional (América Latina) e internacional
- Atuação integrada da União e Estados no planejamento habitacional e na definição de diretrizes nos níveis nacional, regional e micro-regional
- Fortalecimento do Município como principal executor da Política de Habitação, visando aperfeiçoar e instrumentalizar sua atuação na área habitacional:
- Necessidade de projeto básico como requisitos para a formulação de políticas habitacionais em toda esfera pública

Política Nacional de Habitação: Recursos para HIS

- Instituição de um Fundo Nacional de Habitação que assegure recursos permanentes – onerosos e não onerosos – para execução de ações planejadas e contínuas em Habitação de Interesse Social
 - Composição de recursos do Fundo, com prioridade para HIS:
- Todas as dotações orçamentárias para habitação, inclusive originárias de Emenda Constitucional (ex: Emenda Ulisses Guimarães, que prevê a vinculação de 2% do orçamento federal para programas habitacionais);
- Recursos do FGTS, FAR, FAT, SBPE, com índices de correção compatíveis;
- Recursos externos captados pelos governos junto a organismos internacionais
 - Dar transparência à administração e à alocação de recursos do Fundo, incentivando a participação de representantes da sociedade
 - Celebração de convênios entre a União, estados e municípios visando assegurar recursos, garantir contrapartidas e induzir as esferas sub-nacionais a criarem condições para viabilização da política habitacional

Política Nacional de Habitação: Recursos para HM

- Criação de um Fundo de Fomento à Liquidez para Habitação de Mercado (HM)
 - Objetivo: estabelecer um mercado secundário, dinâmico e líquido de títulos lastreados em Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs), com apoio público
 - Suporte legal: Lei 951497, MP 2221 e MP 2223 e resoluções CMN 300502 e 307303

- Criação de um Fundo de Fomento à Liquidez para garantir "funding" inicial para a recompra dos CRIs, a ser capitalizado com saldos do FCVS
- Racionalizar cobrança de IR e CPMF na compra dos CRIs para reduzir a redundância, buscando isonomia com relação às Letras Hipotecárias
- Direcionar parte dos recursos obtidos pela venda de CRIs para financiar a produção, e parte à comercialização

Política Nacional de Habitação: Recursos privados

- Criação de um Fundo Setorial Privado para HM (apoio institucional do Governo)
 - Foco: Financiamento à compra de materiais de construção em conformidade técnica (ver item Tecnologia)
 - Capitalização inicial: recursos de empresas do setor
 - Fundo atuará como garantidor em programas de financiamento (conforme alternativas abaixo), e poderá ser utilizado para financiar a produção e qualificar a mão-de-obra ("empreendedor de moradias")
- Alternativas de financiamento a serem capitalizadas pelo Fundo:
 - Micro-crédito: ainda incipiente, mas bastante adequado às necessidades do mercado das classes D e E
 - Adequação do uso de Cartões de Crédito para aquisição de materiais de construção compatíveis com padrões de conformidade
 - Regulamentação e indução à formação de Cooperativas de Crédito, com apoio das empresas produtoras
 - Extensão do programa de poupança imobiliária para aquisição de materiais

Tecnologia: Qualidade e Competitividade na Cadeia da Construção



Diretriz 1: Qualidade, Produtividade e Integração de Sistemas

- **Proposta 1.1** – Revisão extensiva e atualização das normas técnicas existentes
 - Priorização aos aspectos de padronização e a requisitos de sustentabilidade ambiental
 - Absorção de práticas de mercado bem sucedidas e consolidadas nas normas técnicas de procedimentos de serviços
 - Adequação da normalização à lógica de subsistemas integrados (cadeias)
 - Flexibilidade para a adoção de novos métodos construtivos
- **Proposta 1.2** – Ampliação dos Programas Setoriados de Qualidade (PSQs) de Materiais e Componentes do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQP-H)
 - Agregação de novos setores produtores, incluindo os fornecedores para áreas de infra-estrutura urbana, saneamento, vias públicas etc.
 - Formação de Grupo de Trabalho para o delineamento e posterior instituição de "Programas Intersetoriais de Qualidade" para promover a integração dos PSQs existentes, no âmbito do PBQP-H
- **Proposta 1.3** – Ampliação do uso de produtos e serviços em conformidade com as normas técnicas
 - Implementação urgente de mecanismos nos cartões eletrônicos (cartões de crédito) que assegurem a compra, em redes credenciadas, apenas de materiais em conformidade técnica, segundo os PSQs do PBQP-H (conforme Fundo Setorial Privado)
 - Aparelhamento dos agentes (MP, Procons, etc.) que inibem e

fiscalizam a atuação dos não-conformes, efetivando a aplicação do artigo 39 do Código de Defesa do Consumidor

- Apoio às iniciativas de qualificação das empresas que pretendam participar dos PSQs do PBQP-H
- **Proposta 1.4** – Evolução do Sistema de Qualificação de Empresas (SIQs)
 - Ampliação dos segmentos de serviços que integram o SIQ, envolvendo projeto, gerenciamento, prestação de serviços específicos, laboratórios de ensaios, etc.
 - Uniformização do escopo dos serviços de construção para cada tipo de obra e harmonização dos processos de qualificação correspondentes, com conseqüente redução dos custos e da burocracia
- **Proposta 1.5** – Racionalização da estrutura tributária da Cadeia Produtiva da Construção Civil de modo a compatibilizá-la à lógica de subsistemas
 - Idéia: tributação sobre o valor agregado, evitando-se incidência em cascata
 - Formação de Grupo de Trabalho para desenvolver Regime de Tributação para a Cadeia, centrado no produto final
- **Proposta 1.6** – Maior integração da cadeia produtiva
 - Formação de Grupo de Trabalho com o objetivo de efetivar o "Sistema Nacional de Comunicação e Troca de Informações", conforme previsto pelo PBQP-H
 - Ampliação dos estudos baseados no "Estudo Prospectivo da Cadeia Produtiva da Construção Civil" (MDIC, junho 2003)

Diretriz 2: Qualificação da mão-de-obra

- **Proposta 2.1** – Profissionalização do "empreendedor de moradias" – capacitação de pequenos e médios empreendedores
 - Estruturação de programas de treinamento e qualificação para o prestador de serviços não vinculado ao segmento formal SEBRAE/CREAs/ SINDUSCONs
- **Proposta 2.2** – Especialização da mão-de-obra básica vinculada ao segmento formal
 - Formação de cooperativas de mão-de-obra fomentadas por recursos do FAT, em programas definidos de forma conjunta pelo MTE e Sindicatos Patronais e de Trabalhadores e em parceria com o SENAI, estendendo-se à mão-de-obra especializada nos subsistemas do entorno (saneamento, viário, etc)
- **Proposta 2.3** – Capacitação do canal de distribuição e aplicadores
 - Estruturação de programas de capacitação e treinamento para a MO do segmento varejista visando a progressiva educação do consumidor final a padrões formais de conformidade. Utilização das redes SENAI e SENAC como suporte inicial
- **Proposta 2.4** – Elaboração de um guia sobre Práticas Recomendadas
 - Elaboração conjunta dos agentes da cadeia, envolvendo entidades técnicas de serviços, órgãos representativos de arquitetos, engenheiros e entidades técnicas setoriais envolvidas nos PSQs/PBQP-H
- **Proposta 2.5** – Implantação de programa educativo sobre materiais, componentes e formas de acesso à moradia destinado à população

em geral

- Programa integrado de difusão de boas técnicas e práticas dirigido à população em geral, notadamente a famílias de menor renda. O programa também deverá contemplar aspectos como forma de ocupação do espaço urbano, regularização fundiária, e construção, manutenção e conservação da unidade habitacional
- **Proposta 2.6** – Estímulo à melhoria da capacitação dos profissionais dos órgãos públicos ligados ao setor da construção, visando a racionalização e agilização dos processos internos

Diretriz 3: Estímulo à Inovação e ao Desenvolvimento Tecnológico

- **Proposta 3.1** – Financiamento da inovação, fortalecimento e ampliação da rede laboratorial
 - Vinculação de parcela, em valor a ser definido, dos recursos do Fundo Verde-Amarelo a projetos da Indústria da Construção Civil,
 - Apoio à parceria entre as universidades/entidades de pesquisa e as instituições e empresas públicas e privadas, tendo como referência os temas do documento "Plano Estratégico para Ciência, Tecnologia e Inovação na Área de Tecnologia do Ambiente Construído", Antac, MCT, Finep e MDIC (abril de 2002)
- **Proposta 3.2** – Aperfeiçoamento da estrutura institucional existente para aprovação de produtos inovadores
 - Implementação imediata do Sistema Nacional de Aprovação Técnica (SINAT)

Diretriz 1: Estrutura fiscal e custos do crédito (I)

- **Proposta 1.1** – Extensão do SIMPLES:
 - Para SPEs direcionadas a Empreendimentos Habitacionais de Interesse Social
 - Para o Empreendedor de Moradias, treinado/qualificado pelo SEBRAE/SENAI, CONFEA/CREAs, SINDUSCONs (vide Tecnologia)
- **Proposta 1.2** – Reforma Tributária (PEC 41/2003)
 - CIDE: Vinculação dos recursos à infra-estrutura de transportes, com mecanismos que assegurem sua aplicação por estados e municípios em obras viárias
 - ICMS: a menor alíquota para a cesta básica dos insumos de construção para a habitação popular (vide Tecnologia)
 - Contribuição previdenciária: Garantir o equilíbrio da incidência nas cadeias, evitando que a mudança na base de arrecadação (de folha para faturamento) sobrecarregue setores com maior valor adicionado
- **Proposta 1.3** – Emolumentos: reduzir custo das taxas cartoriais (sugestão: implantação de sistema contábil para controle de custos e receitas cartoriais) e prever subsídios, quando necessários
- **Proposta 1.4** – CPMF: racionalização da cobrança da CPMF e operações de companhias de securitização de recebíveis imobiliários, evitando a incidência em cascata (vide Financiamento)
- **Proposta 1.5** – ITBI: racionalização da cobrança no âmbito do SFI e isenção na consolidação da propriedade do imóvel no credor fiduciário

Diretriz 2: Reforma trabalhista

- **Proposta 2.1** – Novo modelo para relações de trabalho: flexibilização da legislação trabalhista
 - Acompanhamento atento do Projeto de Lei Complementar

134/2001 e da regulamentação da negociação coletiva prevista no art. 7º, XXVI, da Constituição Federal

Diretriz 3: Segurança jurídica

- **Proposta 3.1** – Normas que inibam demandas judiciais em prejuízo do crédito habitacional relacionadas a: (i) adoção de juros compostos com capitalização mensal e (ii) uso de procedimentos extrajudiciais previstos no Decreto-Lei 70/66 para execução de garantia hipotecária.
- **Proposta 3.2** – Previsão contratual de via administrativa para elucidar ou dirimir interpretação de cláusulas contratuais, planilhas de cálculo, formas de reajuste de prestações e evolução do saldo devedor
- **Proposta 3.3** – Agilizar solução de litígios, por exemplo, por meio do incentivo à utilização da via arbitral

Diretriz 4: Melhoria das Condições de Garantia ao Financiamento

- **Proposta 4.1** – Pagamento do Incontroverso: Garantir pagamento de impostos, taxas condominiais e o valor do incontroverso da prestação enquanto a ação de contestação está em julgamento
- **Proposta 4.2** – Legalizar câmaras de arbitragem paritárias para mediação de questões jurídicas. As câmaras atenderiam demandas por solução de problemas contratuais e reduziriam tempo necessário
- **Proposta 4.3** – Cancelar incidência de ITBI quando da retomada do imóvel
- **Proposta 4.4** – Consolidação do procedimento previsto no DL 70/66, do agente financeiro de recorrer à execução extrajudicial quando o crédito for garantido por hipoteca
- **Proposta 4.5** – Tornar Patrimônio de Afetação facultativo, na proposta de conversão à MP 2221
- **Proposta 4.6** – Portaria 3 – SDE: ajustar os entendimentos com respeito ao Artigo 3, que trata de indenização em caso de

desistência do comprador; e com respeito ao Artigo 15, que trata da constituição de hipoteca futura de terreno e acessões para obtenção de financiamento à produção

- **Proposta 4.7** – Circularidade das CCI's: Assegurar que a averbação seja feita através de procedimento eletrônico visando agilizar o trâmite e a comercialização dos títulos

Diretriz 5: Incentivo à poupança e ao financiamento

- **Proposta 5.1** – Medidas de incentivo à poupança
 - Permitir ao poupador a dedução da Renda Bruta Tributável para efeito de incidência de Imposto de Renda, de valor correspondente à parte do saldo médio anual mantido em conta de Poupança
 - Permitir aos mutuários do SFH e SFI a dedução como despesa para cálculo da renda tributável no Imposto de Renda, dos juros efetivamente pagos nas prestações oriundas de financiamentos para aquisição de imóvel próprio

Diretriz 6: Consolidação da Parceria Público-Privada (PPP)

- **Proposta 6.1** – Criação de instrumentos financeiros e/ou fiscais que dêem credibilidade às garantias públicas
 - Previsão orçamentária e/ou emissão de títulos de longo prazo para a cobertura de rentabilidade aos empreendimentos de baixo retorno
 - Criação de mecanismos de garantia sem efeitos na contabilização do déficit público
- Encaminhamentos relevantes:
 - Consolidação do ambiente regulatório nos setores essenciais (saneamento, transportes, energia)
 - Requisito: projetos básico e executivo para oferta de garantias públicas

Diretriz 7: Autonomia às Agências Reguladoras

- **Proposta 7.1** – Alargamento dos canais de participação na tomada de decisões no âmbito das agências
- **Proposta 7.2** – Garantia de um prazo mínimo adequado para consulta e manifestação pública
- Encaminhamentos relevantes:
 - Preservação da autonomia das agências
 - Retomada da função de planejamento pelos ministérios
 - Definição do conteúdo do "contrato de gestão" proposto no Anteprojeto de Lei
 - Interação institucional cooperativa entre agências, ministérios e conselhos de política setorial

Diretriz 8: Definição do marco regulatório para Saneamento

- **Proposta 8.1** – Adoção das bacias hidrográficas como unidade de planejamento e gestão
- **Proposta 8.2** – Compatibilizar gestão por bacias com titularidade do poder concedente em fronteiras administrativas (a exemplo das RMs)
- **Proposta 8.3** – Aplicabilidade de mecanismos semelhantes aos do PPP ao saneamento básico, adequando necessidade de capitalização à Lei Fiscal
- **Proposta 8.4** – Formulação e implantação de um programa de recuperação financeira e gerencial de empresas de saneamento
- Encaminhamentos relevantes:
 - Definição de corpo regulatório para Saneamento, sob gestão da ANA, buscando segurança jurídica aos contratos
 - Definir política tarifária de conteúdo distributivo, com subsídio explícito às famílias de menor renda
 - Definição de políticas estruturais, como enfrentamento da

- inadimplência e universalização do acesso
- Subsidiar o Ministério das Cidades, BNDES, CAIXA e outras instituições de fomento para acelerar concessão de financiamentos

Diretriz 9: Transportes rodoviários

- **Proposta 9.1** – Urgência na definição de regras para a retomada do programa de concessão de rodovias federais, aperfeiçoando instrumentos de garantia e remuneração de longo prazo
- **Proposta 9.2** – Regulamentação da utilização da CIDE para investimentos em obras viárias
- **Proposta 9.3** – Exigência de projetos executivos nas licitações de novos trechos rodoviários
- Encaminhamentos relevantes:
 - Redefinição do marco regulatório para transportes terrestres, buscando garantias a contratos em todas as unidades da Federação
 - Viabilização das parcerias público-privadas
 - Campanhas de esclarecimento sobre o princípio de tributação direta por meio de pedágios
 - Interface com regulação ambiental

Diretriz 10: Transportes ferroviários

- **Proposta 10.1** – Adaptação dos contratos de concessão de ferrovias privatizadas buscando equilibrar fluxos de caixa com compromissos de investimento e desembolsos ao poder concedente
- **Proposta 10.2** – Implementação urgente de investimentos removedores de gargalos (exemplo: transposição de trecho urbano/passagens de nível, melhoria de trechos precários, expansão e complementação de linhas)

- Alocação prioritária de recursos orçamentários previstos no PPA 2004-2007 a investimentos ferroviários
- Estruturação de PPPs que viabilizem investimentos em novas linhas
- Encaminhamentos relevantes:
 - Solução de passivos trabalhistas e dos conflitos com a Justiça do Trabalho
 - Solução para as transferências de ativos e acordos operacionais entre concessionárias
 - Resolver as pendências com questões ambientais
 - Aperfeiçoar o marco regulatório para o setor

Diretriz 11: Energia

- **Proposta 11.1** – Definição do novo modelo de planejamento, regulação e gestão dos contratos de concessão:
 - Garantia de preço e remuneração adequados aos investimentos privados, incluindo auto-produção e co-geração, para empreendimentos já licitados e a licitar
 - Consolidação do papel do governo (MME) na formulação de políticas públicas e na retomada do planejamento
 - Reforço do papel da Aneel na gestão de contratos
- **Proposta 11.2** – Priorizar investimentos em transmissão e na geração de base hidrelétrica e de fontes renováveis
- **Proposta 11.3** – Implementação, em bases de mercado, de linhas de financiamento e capitalização das concessionárias do setor
- Encaminhamentos relevantes:
 - Estruturar PPPs para geração termelétrica, visando "reservas" de energia para períodos hidrológicos desfavoráveis com baixos custos ao sistema - Garantir, em consonância com ANP, contratos flexíveis de compra e venda de gás natural.

Promoção à exportação de serviços de engenharia

Diretriz 1: Aperfeiçoamento do Modelo de Apoio às exportações: Financiamento

- **Proposta 1.1** – Simplificação do processo de aprovação de financiamentos no âmbito do CFGE e CCEX para torná-lo mais ágil e condizente com a dinâmica do setor
- **Proposta 1.2** – Flexibilização das linhas de financiamento do BNDES destinadas às exportações de serviços com a eliminação da exigência de conteúdo mínimo de 40% de exportações de bens nos pedidos de financiamento de exportadores de serviços
- **Proposta 1.3** – Reformulação da linha Proex-Financiamento (BB)
- **Proposta 1.4** – Ampliação do acesso a fontes internacionais de financiamento (CAF, Banco Mundial) através da aproximação operacional com o BNDES
- Adoção de mecanismos que estendam o baixo risco de crédito das linhas multilaterais aos financiamentos feitos pelo BNDES, via instrumentos do tipo A-B-loan

Diretriz 2: Aperfeiçoamento do Modelo de Apoio às exportações: Garantias

- **Proposta 2.1** – Reformulação dos mecanismos de operacionalização do Fundo de Garantia à Exportação (FGE)
 - Aumentar capitalização do FGE
 - Compatibilizar ativos e passivos do Fundo (em dólares)
 - Assegurar recursos orçamentários suficientes para cobrir provisão de sinistros com exportações
 - Elevação da alavancagem e dos limites de exposição do FGE
 - Elevar cobertura do FGE contra riscos comerciais, políticos e

soberanos a 100%, assumindo parcela não coberta por mecanismos de mercado

- Assegurar à Seguradora Brasileira de Comércio Exterior (SBCE) direito e responsabilidade pela recuperação de créditos inadimplidos
- **Proposta 2.2** – Assegurar curso efetivo, no CCR, de exportações seguradas pelo FGE/SBCE, de forma a efetivar instrumento de mitigação de risco sem exposição do Bacen

Diretriz 3: Apoio à promoção comercial

- **Proposta 3.1** – Implementação de um Fundo de Financiamento a Projetos de Consultoria visando aumentar a competitividade do setor de consultoria de engenharia e arquitetura brasileiro e promover macro-projetos integrados capazes de gerar exportações complementares de outros serviços e produtos
- **Proposta 3.2** – Criação de linha de financiamento para o desenvolvimento de estudos de viabilidade (EV) e projetos básicos (PB) de engenharia a custo compatível com o porte das empresas e o risco envolvido na atividade
- **Proposta 3.3** – Reforço à estrutura de apoio comercial do MRE, especialmente aos Setores de Promoção Comercial (SECOMs)
 - Focar países considerados prioritários
 - Articular as ações da Direção-Geral de Promoção Comercial (DPR) e do MDIC (Apex)

Diretriz 4: Aperfeiçoamento do Modelo de Apoio às exportações: Gestão

- **Proposta 4.1** – Desenvolvimento de banco de dados sobre exportação de serviços de engenharia (consultoria de engenharia, arquitetura, montagem, e construção civil)
- **Proposta 4.2** – Adequação do Siscomex à realidade das exportações de serviços, em especial no que se refere às exportações de bens associadas a obras de engenharia
- **Proposta 4.3** – Criação de critérios técnicos (relacionados à geração de divisas) visando à deliberação mais ágil e/ou automática de financiamentos, equalização de taxas, seguros e garantias
- **Proposta 4.4** – Esforço coordenado para reativação do instrumento mitigador de risco do CCR na ALADI:
 - Necessidade de harmonização das práticas e ações dos BCs regionais,
 - Esforços para criação de mecanismos semelhantes ao FGE para assunção de riscos soberanos e políticos (com capitalização de Tesouros Nacionais)

Diretriz 5: Aperfeiçoamento do Modelo de Apoio às exportações: Negociações internacionais

- **Proposta 5.1** – Desenvolvimento de políticas visando o aumento da competitividade de setores estratégicos da engenharia para fins de exportação
 - Definição de estratégias de negociação nos diversos fóruns multilaterais, regionais e bilaterais, visando o manejo adequado das barreiras comerciais e a utilização apropriada de posturas defensivas e ofensivas, de forma a contribuir para o fortalecimento da engenharia nacional e sua expansão aos mercados internacionais

Considerações finais: Resultados esperados

O que esperar do Construbusiness

- Redução da desigualdade social por meio da inclusão ampliada das populações marginalizadas aos benefícios da habitação, saneamento e equipamentos urbanos
- Suporte à competitividade sistêmica por meio de maior eficiência construtiva e da redução de gargalos na infra-estrutura
- Reforço à sustentabilidade do crescimento econômico e social com aumento das exportações e geração de emprego e renda

O rumo para o desenvolvimento
está na construção.
Crescimento! Adote essa Política.

Construbusiness: metas para os próximos cinco anos

- Produção de 4.600.000 unidades residenciais equivalentes
 - 2,2 milhões de habitações via recursos do Fundo Nacional de Habitação, com investimento de R\$ 43 bilhões no quinquênio
 - 2 milhões de unidades equivalentes via financiamento de materiais de construção (R\$ 15 bilhões nos cinco anos), essencialmente com recursos privados
 - 440 mil habitações via Fomento à Liquidez (R\$ 30 bilhões)
- Meta implica reduzir déficit habitacional em 2007 para 60% do atual, permitindo sua eliminação em 15 anos
- Investimentos totais alcançam R\$ 88 bilhões no quinquênio
- Exportações de US\$ 5 a 6 bilhões anuais
 - US\$ 4 bilhões em Serviços de Engenharia e Projetos (quadruplicar frente aos níveis atuais)
 - US\$ 1 a 2 bilhões em materiais de construção (duas a quatro vezes os níveis atuais)
- Demanda de 3,6 milhões de empregos diretos e 13 milhões induzidos (efeito renda) no quinquênio
 - 52% da geração total de empregos advêm do segmento de interesse social
 - 33% do apoio à compra de materiais (auto-gestão)
 - 11% da securitização e 4% das exportações de serviços, respectivamente



Patrocinadores **Construbusiness 2003**

Apresentação



Associação
Brasileira de
Cimento Portland

A ABCP é a entidade técnica criada e mantida pela indústria brasileira do cimento, que há mais de 67 anos atua em pesquisa, promove a qualidade e estuda e desenvolve o uso do produto.

Nos últimos anos, se acrescentou um novo enfoque para suas funções ao direcionar suas atividades para os desafios do mercado de atender as necessidades da construção civil.

Assim a indústria assumiu sua posição estratégica, não apenas de fornecedora do cimento, mas, principalmente, de parceira dos segmentos que formam a cadeia da construção civil.

A missão da ABCP ganhou amplitude ao tratar de desenvolver novas oportunidades de negócio para a cadeia de produtos e sistemas à base de cimento.

Essa nova postura consolidou a imagem de um setor comprometido com a qualidade, com o meio ambiente e com a sustentabilidade e que está comprometido com as necessidades do País, sobretudo as de infra-estrutura e redução do déficit habitacional.

Seis projetos passaram a integrar a missão da ABCP:

- Pavimentos de Concreto
- Estruturas de Concreto e Argamassas de Revestimento
- Estruturas Pré-fabricadas e Artefatos de Concreto
- Blocos de Concreto para Alvenaria e Pavimentação
- Habitação de Interesse Social (Casa 1.0)
- Apoio ao Construbusiness

Como a missão de desenvolver produtos e mercados não é tarefa para ser feita por uma entidade sozinha, a ABCP tratou de propor um conceito novo, que repartisse esses projetos e objetivos com os integrantes de toda a cadeia.

A criação do movimento Comunidade da Construção foi a solução para canalizar a ação dos agentes da cadeia em prol da melhoria dos processos construtivos, em especial à base de cimento.

Surgiu em caráter informal, sem personalidade jurídica, cuja base de funcionamento é a troca de informações e conhecimentos, promovendo a competitividade, a qualidade, a normalização, as inovações tecnológicas e a divulgação das vantagens dos sistemas construtivos à base de cimento - contribuindo para fazê-los cada vez mais conhecidos, competitivos e utilizados.

Tal movimento – coordenado pela ABCP - segue acompanhado pelo site “www.comunidadeconstrucao.com.br”, ambiente virtual onde os participantes da comunidade podem interagir, aportar e buscar informações sobre os diversos sistemas construtivos e sobre as atividades de mais de duas dezenas de núcleos já constituídos.

Essa nova postura se materializa no estímulo à realização das obras finais do setor, que são fundamentais para o bem-estar da população.

Além da nova missão, a ABCP conserva e prossegue os trabalhos e ações conduzidos pela área técnica, com ênfase na pesquisa, meio ambiente, combustíveis alternativos, desenvolvimento sustentável, qualidade e normalização, aos quais se somam as ações de comunicação, imprescindíveis à divulgação das distintas atividades e principalmente das conquistas alcançadas.

Segue colaborando com o meio universitário e científico, promovendo cursos e aperfeiçoamentos para várias finalidades, aprimorando equipamentos de laboratórios e mantendo seu centro de informações sobre o cimento, cuja indústria presente em nosso País produziu no ano passado 38 milhões de toneladas anuais, ocupando posição de destaque como oitavo produtor mundial.

www.abcp.org.br



Comunidade
da Construção



- Maior produtor de aços longos nas Américas, o Grupo Gerdau começou a traçar sua trajetória de expansão há mais de um século.

A partir do Brasil, ampliou suas bases para o Uruguai, Canadá, Chile, Argentina e Estados Unidos, alcançando, em 2002, um lucro líquido de R\$ 821 milhões, 49% a mais que no período anterior.

- Seus negócios, divididos em regiões geográficas e linhas de produtos, atendem aos setores da construção civil, da indústria e da agropecuária. Exportado para todos os continentes, o aço Gerdau possui uma infinidade de aplicações. Integra a estrutura de pontes, viadutos, rodovias, hidrelétricas, prédios e residências. Está presente na fabricação de máquinas agrícolas, estruturas metálicas, peças para indústria automotiva e redes de transmissão de energia e telefonia, entre outros. Participa ainda do trabalho no campo com arames e acessórios para cercas.

- Com uma estratégia de mercado orientada para alcançar os melhores níveis de eficiência econômica, o Grupo desenvolveu logística e avançadas tecnologias de gestão em siderurgia. Possui usinas, centros de serviços, unidades de transformação e canais distribuidores estrategicamente posicionados junto aos principais pólos de consumo.

- Busca aprimorar constantemente suas práticas de governança corporativa e está presente em importantes centros financeiros por meio de três companhias abertas: a Gerdau S.A., a Metalúrgica Gerdau S.A. e a Gerdau AmeriSteel Corporation, subsidiária na América do Norte. Suas ações são negociadas diariamente nas bolsas de valores de São Paulo, Nova Iorque, Toronto e Madri (Latibex).

- O Grupo Gerdau segue os princípios de responsabilidade social e acredita que o desenvolvimento de uma empresa está diretamente relacionado à evolução das comunidades onde atua. Dentro dessa visão, construiu uma cultura empresarial fundamentada em valores éticos, no respeito às pessoas e ao meio ambiente.

Brasil

- Um total de 10 siderúrgicas nas regiões Sudeste, Sul e Nordeste atendem ao mercado interno e às demandas de exportação com aços longos, aços especiais e semi-acabados.

- O fornecimento dos principais insumos metálicos é realizado por uma rede localizada estrategicamente em todo o País, a qual inclui também uma usina produtora de ferro-gusa e oito unidades de coleta e processamento de sucata.

- Nove centros de serviços de corte e dobra de aço Armafer, quatro unidades de transformação e uma participação societária na Monteferro América Latina – para o fornecimento de guias de elevadores – permitem transformar o aço Gerdau em produtos com maior valor agregado.

- Na área de distribuição, a Comercial Gerdau, maior fornecedora de aços longos e planos no País, desempenha um importante papel no atendimento aos clientes finais com produtos fabricados pelas unidades do Grupo e pelas demais siderúrgicas nacionais.

Canadá e Estados Unidos

- A Gerdau Ameristeel produz aços longos e seções especiais com uma rede de 10 usinas, além de operar no segmento de produtos planos por meio da siderúrgica Gallatin, uma “joint venture” no estado do Kentucky (EUA).

- Possui também 15 centros de serviços de corte e dobra de aços longos e 13 unidades de coleta e processamento de sucata. Na área de transformação, detém nove plantas industriais próprias e participações societárias em duas empresas.

- Sua localização geográfica permite atender com eficiência os consumidores da Costa Leste e do Meio-Oeste dos Estados Unidos, além do Canadá.

Argentina, Chile e Uruguai

- Unidades próprias no Chile e no Uruguai, além de uma participação societária na laminadora argentina Sipar, contribuem para o abastecimento de aços longos na região. O Grupo Gerdau também oferece o serviço de corte e dobra de aço nas suas operações no Conesul.

www.gerdau.com.br



O aço na construção

Não poderia ser mais oportuno o momento de realização do 5º Construbusiness. Os indicadores para 2004 até aqui demonstram que o processo de retomada do crescimento deverá se consolidar. Bom para o país, bom para a siderurgia brasileira.

Estamos aqui para construir. Construir no sentido pleno da palavra: consolidar o que já foi feito de bom e abrir novos caminhos. Nesse aspecto, o potencial de mercado que se vislumbra para a construção civil é enorme. Há muito por fazer.

O setor siderúrgico está pronto para o desafio que se avizinha. Ao longo dos últimos anos, investiu em tecnologias de última geração e em novas famílias de aços, desenvolveu programas de qualidade e criou normalização adequada. Em resumo, está apto para atender às demandas da construção e, em decorrência, contribuir para o crescimento da economia brasileira em termos de geração de emprego e renda.

O que falta para que esse cenário se consolide? Falta trazer para o mundo real – ou seja, implementar - os inúmeros estudos, recomendações e diretrizes que já existem e são do conhecimento de todos nós. Sabemos o que precisa ser feito. Falta a decisão política.

Não podemos correr o risco de perder o momento da retomada. Afinal, já

vem de longe o empenho das empresas siderúrgicas na promoção do uso do aço com qualidade. Essa conduta sempre incluiu o segmento da construção. Não poderia ser diferente, uma vez que esse é o segmento da economia que mais consome aço no Brasil.

O Instituto Brasileiro de Siderurgia comparece ao 5º Construbusiness reforçando o slogan que é o carro-chefe do evento: Crescimento! Adote essa Política.

Associadas ao Instituto Brasileiro de Siderurgia, são as seguintes as empresas siderúrgicas que estão desenvolvendo ações que ampliam o uso do aço na construção:

- ACESITA S.A.
- AÇO MINAS GERAIS S.A. – AÇOMINAS
- CIA. SIDERÚRGICA BELGO-MINEIRA
- CIA. SIDERÚRGICA NACIONAL – CSN
- CIA. SIDERÚRGICA PAULISTA – COSIPA
- CIA. SIDERÚRGICA DE TUBARÃO - CST
- GERDAU S.A.
- SIDERÚRGICA BARRA MANSA S.A.
- USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S. S.A.–
USIMINAS
- V&M do BRASIL S.A.

www.ibs.org.br





Cimento tem que ser Nassau.

Com origem na agro indústria em 1934, o Grupo Industrial João Santos, grande empreendedor e com larga visão de negócios, ingressou no setor cimenteiro em 1954, sendo atualmente o segundo maior produtor cimenteiro do País.

O Cimento NASSAU é produzido em suas nove Unidades de Negócio localizadas nos Estados de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Espírito Santo, Maranhão, Amazonas, Sergipe, Ceará, Piauí e Pará e segue rigoroso processo de controle de qualidade de seus produtos. Em 2004 será inaugurada, no Pará, a sua 10^a unidade de produção.

“Tradição, confiança, credibilidade e respeito pelos clientes”: esses

são os ingredientes da marca NASSAU, nacionalmente conhecida e respeitada no mercado.

Seguindo o seu caminho progressista, o Grupo Industrial João Santos, diversificou sua atuação empresarial passando a atuar nos segmentos de Papel e Celulose, Açúcar, Álcool, Transporte Aéreo, Comunicação (Jornal, Rádio, Televisão), Agropecuária entre outros.

Em 2002, para melhor atender seus clientes, ingressou no negócio de concreto pré-misturado, praticando padrões de excelência, logo reconhecido no meio da construção por sua seriedade, qualidade, eficiência e pontualidade na entrega.

www.nassau.com.br



Votorantim Cimentos de olho no futuro

A Votorantim Cimentos é uma holding que reúne 12 companhias de cimento e concreto no Brasil e no exterior e emprega mais de 10 mil colaboradores em 26 unidades fabris. Seu faturamento em 2002 ultrapassou R\$ 4 bilhões, resultado da comercialização de cimento, argamassa, concreto e cal hidratada para o mercado agrícola. Esta cifra a coloca na sétima posição no ranking mundial do setor, à frente de concorrentes com presença global.

Para fazer frente a um ambicioso plano de expansão, que prevê uma atuação mais forte no exterior, a Votorantim Cimentos adotou um novo modelo de gestão administrativa. A empresa foi estruturada em quatro unidades de negócios: cimento Brasil, que inclui argamassas e cal para construção civil; concreto e materiais agregados; cal industrial; e negócios internacionais. Segundo Luiz Vilar de Carvalho, presidente da Votorantim Cimentos, a reestruturação organizacional é um importante passo na internacionalização da empresa. "Buscaremos oportunidades em mercados estáveis e, principalmente, naqueles considerados maduros, onde temos uma inegável vantagem competitiva", antecipa Vilar.

A história da Votorantim Cimentos começou em 1936, com a inauguração de uma pequena fábrica de cimento na cidade de Votorantim, há 110 km da capital. O primeiro forno, dinamarquês, tinha capacidade para produzir 250 ton/dia de clínquer. Foi desta unidade que partiu a matéria-prima para a construção do Viaduto do Chá, um dos cartões postais da capital paulista. A Votorantim também foi a responsável pelo fornecimento de cimento para a construção da nova pista descendente da Imigrantes e do Rodoanel em São Paulo; do Estádio do Maracanã, no Rio de Janeiro; e de Brasília, capital federal, projetada pelo arquiteto Oscar Niemeyer.

Diversificação e flexibilidade

Investimentos em tecnologia para desenvolver produtos sofisticados, que atendam a necessidades específicas de cada obra, são diretrizes da Votorantim Cimentos. Isso se reflete nos últimos lançamentos da empresa, que incluem o primeiro cimento colorido produzido no Brasil e argamassas Votomassa Colante para novas aplicações.

O Cimento Votoran CP V-ARI RS Cor Canela, lançado recentemente, alia à tradicional resistência dos seus produtos cinza, a versatilidade do produto colorido. O lançamento proporciona redução no custo de produção para os fabricantes de peças de concreto colorido, como blocos, "pavers", artefatos, fibrocimentos e pré-moldados, devido à menor necessidade de utilização de pigmentos. O novo Cimento Votoran atende às necessidades de arquitetos e engenheiros, que passam a contar com uma opção que oferece maior adequação aos ambientes e viabiliza economicamente obras coloridas.

Já o Cimento Votoran Branco, mais um integrante da já conhecida linha de cimentos, combina funcionalidade e estética, possibilitando a criação de soluções bonitas e duráveis em concreto, como painéis de fachada com ou sem tratamentos de superfície, estruturas pré-moldadas e feitas in loco, mobiliário urbano, detalhes decorativos, artefatos e todos os tipos de pisos imagináveis (ladrilho hidráulico, intertravado, granilite, cimento queimado, etc). Seu tom neutro aceita facilmente pigmentos e materiais como pó de mármore ou granito, que permitem a criação de cores e texturas diferenciadas.

No segmento de argamassas, a Votorantim Cimentos acabou de lançar mais três produtos: Votomassa Colante Piso sobre Piso, Granito e Porcelanato. As novidades completam a linha de quatorze produtos Votomassa, formulados de acordo com a necessidade específica de cada obra e tipo de aplicação. A principal vantagem dos produtos da linha Votomassa é a facilidade de preparo, já que o produto está pronto para o uso no canteiro de obra, sendo necessária apenas a adição de água.

www.votorantim-cimentos.com.br



A ABPC é a entidade nacional de representação do setor, a qual reúne 19 empresas estabelecidas nos principais estados brasileiros onde está presente a fabricação do

produto, todas altamente comprometidas com a qualidade do que produzem – quase 70% da cal consumida na construção civil e em outros importantes segmentos da economia, como os setores siderúrgico, químico, agrícola, de alimentação e de tratamento e preservação do meio ambiente.

O Brasil produziu 6,5 milhões de toneladas de cal em 2002, o que assegurou a manutenção de 5.000 empregos diretos pelo setor e um faturamento da ordem de R\$ 700 milhões, colocando o país no sexto posto no ranking mundial de produtores.

No âmbito do PBQP-H, a ABPC é a entidade que mantém o Programa Setorial da Qualidade da Cal Hidratada para Construção Civil, cujo objetivo é assegurar o atendimento às exigências normalizadas em todos os produtos oferecidos ao mercado, garantindo assim a qualidade de argamassas e pinturas preparadas à base de cal.

A conformidade às normas nos produtos fabricados pelas empresas associadas à ABPC foi de 100% em 2002, contrastando com um índice de apenas 50% verificado em produtos de outras empresas, amostrados no mercado. A ABPC identifica os produtos de suas associadas com um selo nacional de qualidade, suportado pelos resultados das auditorias periódicas realizadas no PBQP-H.

Ao promover o combate à não conformidade, a ABPC espera dispor à sociedade uma ferramenta que propicie a valorização do consumidor, sobretudo o de baixa renda - sempre mais vulnerável a ações fraudulentas -, constituindo assim um verdadeiro instrumento de inclusão social.

www.abpc.org.br



Com um enorme sucesso inaugural em 2003, a Revestir - Feira Internacional de Revestimentos - tornou-se a maior feira de revestimentos cerâmicos, mármore e granitos da América Latina e do hemisfério Sul.

Superando todas as expectativas, a 1ª edição da Revestir alcançou o seu objetivo de faturamento e superou o número de visitantes, atraindo 28,5 mil profissionais, com a presença de mais de 45 países, entre eles, Estados Unidos, Canadá, África do Sul, Itália, Espanha, França, Austrália, Chile, Argentina, China e Paquistão. Os negócios realizados, em função da feira, atingiram a totalidade de US\$ 50 milhões, sendo que, US\$ 26 milhões com o mercado externo.

Outro fato marcante da Revestir foi a realização do 1º Fórum Internacional de Arquitetura e Construção, o principal evento ocorrido durante a feira, que possibilitou gerar discussões, debates e palestras enriquecedoras aos profissionais da construção civil. A 2ª edição do Fórum contará com a presença de grandes nomes - nacionais e internacionais - que farão novamente um grande sucesso.

E, com a participação das maiores empresas de cada segmento, e com a ampliação de mais de 20% de área construída no pavilhão, a segunda edição da Revestir consolidou sua posição como o principal evento profissional e segmentado do setor, reunindo as principais marcas e produtos de revestimentos do país.

Na Revestir, o visitante irá encontrar novos produtos e fornecedores, proporcionando uma ótima oportunidade para realizar grandes negócios. E a Revestir acontece no pavilhão mais nobre de São Paulo, com fácil acesso, amplo estacionamento e ambiente totalmente climatizado.

A Revestir incorpora a 13ª edição da Stone South America, evento de grande sucesso de mármore e granitos.

www.anfacer.org.br



Camargo Corrêa Cimentos: Construindo o Futuro

Desenvolvimento de produtos cada vez mais avançados e inovadores e a implantação de serviços e projetos eficientes.

Esta é a marca registrada da Camargo Corrêa Cimentos, a fabricante dos produtos Cauê.

Tradicional no mercado, a CCC ocupa a quinta posição no ranking nacional do setor e produz mais de três milhões de toneladas de cimento por ano. Em franca expansão e com uma visão empreendedora, a Camargo Corrêa Cimentos está consolidando um processo de ampliação de suas instalações, com novas fábricas e escritórios em todo o país. Mas sempre mantendo a preocupação de priorizar a qualidade de seus produtos e desenvolver projetos sociais e ambientais.

Com sede em São Paulo, capital, a empresa possui cinco fábricas: em Apiaí (SP), Bodoquena (MS), Ijaci (MG), Pedro Leopoldo e Santana do Paraíso (MG). A previsão é que produza, anualmente, perto de dois milhões de toneladas de diversos tipos de cimento.

Em 1997, a CCC incorporou a Cimentos Cauê, de Pedro Leopoldo (MG), que desde então ganhou novo fôlego e tem hoje a marca líder do mercado nacional de cimento branco. A CCC investiu US\$ 20 milhões na unidade para otimizar a capacidade produtiva instalada. Hoje, a fábrica pode produzir 250 mil toneladas ao ano de cimento com alto teor de brancura e qualidade comparável à dos melhores do mundo.

Desde 2001, a CCC vem exportando o cimento Cauê Branco, para os países do Mercosul e da África. No mesmo ano, a empresa começou a investir no segmento de argamassas, com a Massa Pronta Cauê Mix.

Além do cimento branco e da argamassa, a Camargo Corrêa Cimentos possui uma linha completa do cimento cinza tradicional. Possui ainda o Silmix, sílica ativa, que, adicionada ao cimento, age ativamente em concretos e argamassas, dando-lhes resistência e durabilidade. No ano passado, a empresa entrou no mercado de concreto, inicialmente na Grande São Paulo, mais uma vez oferecendo soluções inéditas e eficientes para melhor atender seus clientes. Também lançou produtos para acabamento, as massas prontas para piso Terrazzo e Granilite.

www.camargocorrea.com.br



CIMPOR NO BRASIL

O Grupo CIMPOR, Cimentos de Portugal, está no Brasil desde 1997 atuando no ramo de cimentos, de

argamassas industrializadas e concretagem. Neste período,

adquiriu diversas cimenteiras e hoje, já é a terceira maior fabricante de cimento do Brasil, com unidades fabris nos estados de Alagoas, Bahia, Goiás, Paraíba, Rio Grande do Sul e São Paulo. De acordo com a sua região de atuação, cada fábrica produz uma marca de cimento popularmente conhecida: Bonfim, Cimbagé, Goiás e Zebu, marcas estas, encontradas em quase todo o território nacional.

A aceitação dos produtos CIMPOR é o reflexo dos investimentos em tecnologia e modernização no parque industrial, na logística e na gestão de qualidade, baseada na melhoria contínua com a participação efetiva de seus colaboradores.

A CIMPOR BRASIL é ciente de sua responsabilidade com o meio ambiente, fazendo uso racional dos recursos naturais, instalando em suas fábricas sistemas de desempoeiramento e atuando como membro da WBCSD - World Business Council for Sustainable Development.

Mais do que uma cimenteira, a CIMPOR BRASIL é uma empresa voltada para o relacionamento com o cliente, pois sabe que o sonho de morar bem deve ser uma realidade duradoura.

www.cimpor.com.br



Grupo Holcim no Brasil

Há mais de 50 anos no país, a Holcim Brasil é uma das maiores produtoras de cimento, concreto e agregados, operando com as marcas Alvorada, Barroso, Ciminas e Paraíso (cimento), Concretex (concreto) e Pedreiras Cantareira (agregados), empregando cerca de 2 mil funcionários direta e indiretamente. A companhia faz parte do grupo suíço Holcim, que emprega 47 mil profissionais em todo o mundo e está presente em mais de 70 países nos cinco continentes.

Recentemente, a empresa adotou uma padronização global da marca em todos os seus produtos como parte das ações de globalização da marca corporativa e para fortalecê-la ainda mais no mercado. As estratégias foram implementadas pelo Grupo, e o Brasil foi o piloto dessa mudança na América Latina. Assim, a Holcim Brasil passa de um conjunto de empresas para um único grupo.

A comunicação visual dos produtos dirigidos aos consumidores e às indústrias também foi padronizada. As embalagens de cimentos para aplicações gerais, como preparo de argamassa, pisos, pequenas reformas, são em azul. Para os cimentos para aplicações especiais, como para produção de tubos, blocos de alvenaria ou lajes, vermelho foi adotado.

Instituto Holcim

Melhoria na qualidade de vida das comunidades nas quais a empresa atua por meio de investimentos em ações educativas e promotoras de desenvolvimento sustentável, voltadas ao meio natural e sociocultural. Este é um dos objetivos do recém-criado Instituto Holcim para o Desenvolvimento Sustentável.

A Holcim Brasil já vinha investindo em ações, porém de forma descentralizada. Com a criação do Instituto daremos um salto no compromisso estratégico da empresa de atuar cada vez mais e de forma efetiva neste segmento.

www.holcim.com.br



Alavancando o crescimento da construção em aço

A construção civil é hoje o mais importante setor consumidor de aço no mundo. Por toda parte expande-se o consumo de aço na construção.

Entretanto, há mais de uma década, o Brasil carece de uma política que priorize a construção civil. Ciente da importância dessa atividade, o Centro Brasileiro da Construção em Aço (CBCA), apoiado pelo Instituto Brasileiro de Siderurgia (IBS), dedica-se desde 2002 à tarefa de promover a construção em aço entre os integrantes da cadeia produtiva.

É com essa missão que o CBCA comparece ao 5º Construbusiness.

www.cbca-ibs.org.br



A **Itambé** é hoje uma das principais cimenteiras do Brasil, especializada no fornecimento de cimentos Portland e cimentos especiais para obras de grande porte - como hidrelétricas, rodovias, túneis, habitações, além de atender construtoras, fabricantes de artefatos de concreto, indústrias de pré-moldados e de fibrocimento e concreteiras.

Uma pesquisa da revista Valor 1000, publicação do jornal Valor Econômico, apontou a Itambé como a melhor empresa do setor de materiais de construção de 2003. De acordo com o ranking Exame Melhores e Maiores 2002, a Itambé foi apontada como a melhor empresa de material de construção do país.

A empresa opera com capacidade instalada de 1,5 milhão de toneladas de cimento ao ano, com parque fabril instalado em área total de 2,5 milhões de m², estrategicamente posicionado entre as duas pistas da BR-277 e localizado no município de Balsa Nova (PR), a apenas 32 km de Curitiba. Por ser uma empresa pequena no meio de gigantes a Itambé procura se destacar pela qualidade dos seus produtos e pela excelência dos serviços oferecidos, tendo no relacionamento com os clientes a principal estratégia comercial da empresa.

www.cimentoitambe.com.br



Eternit: Qualidade lá em cima

Com 63 anos de fundação, a Eternit é uma das pioneiras na fabricação de telhas e caixas-d'água e uma das líderes de mercado, sendo a mais premiada do setor de fibrocimento pela imprensa especializada, no período de 1996 a 2003. Trata-se de um reconhecimento ao empenho de todos os seus colaboradores, cujo trabalho se reflete na qualidade dos produtos oferecidos aos consumidores e na excelente prestação de serviço ao mercado. Não por acaso, a empresa adotou o slogan "qualidade lá em cima".

A Eternit tem aproximadamente 500 funcionários, quatro fábricas, nove filiais e mais de 7 mil revendedores. O seu site na Internet (www.eternit.com.br) é um dos mais completos e informativos do setor.

Além das telhas e caixas-d'água em fibrocimento, carro-chefe da empresa, e da Linha Eterflex, com tecnologia CRFS – Cimento Reforçado com Fio Sintético, que inclui Placa Cimentícia e Painel Wall, a empresa também produz a caixa-d'água de polietileno. www.eternit.com.br



QUARTZOLIT weber capital global

A Quartzolit Weber é líder no mercado nacional de argamassas onde vem atuando há várias décadas. Em 1997, foi incorporada ao grupo Saint-Gobain e passou a contar com toda a tecnologia e conhecimento da empresa em outros segmentos, aprimorando cada vez mais seus produtos.

Dentro do programa de expansão geográfica, a Quartzolit Weber vem ampliando o número de instalações industriais, em diferentes regiões do País, descentralizando a produção. Com isso, a empresa consolida a sua vocação em fornecer produtos industrializados que contribuem para a racionalização da construção e a disseminação do conhecimento para a qualificação dos aplicadores dos seus produtos.

Em 2003, a Quartzolit Weber lançou a 4ª edição do Guia Weber, um marco no setor, que disponibiliza instruções sobre as atividades desenvolvidas pela empresa para o mercado de construção civil, além de destacar passo a passo soluções construtivas para reformas e obras novas.

www.quartzolit.com.br



Com uma produção acumulada de quase 30 milhões de toneladas de cimento colocadas no mercado brasileiro, a Soeicom teve sua origem em Portugal em 1922. Em 1944 foram construídas fábricas na África e em 1976 era inaugurada em Vespasiano-MG a unidade Brasil. Era a vez do Brasil converter suas ricas jazidas de carbonato de cálcio em cimento de qualidade superior, qualidade que os brasileiros já conheciam, pois os cimentos LIZ aqui chegavam em barricas de 170 kg, antes do estabelecimento da indústria cimenteira local. Orientadas pelo tripé: qualidade, ambiente e social, recebeu da ABNT o CERTIFICADO DA GESTÃO DA QUALIDADE ISO 9002 (1998) e ISO 9001:2000 (2002). Com uma política ambiental moderna e adequada à atividade de mineração e fabricação de cimento, a Soeicom está se preparando para a conquista da certificação ambiental, ISO 14001, fato que confirmará a continuidade do compromisso com o desenvolvimento sustentável do País.

www.soeicom.com.br



A Votorantim Metais, unidade AÇO, produtora do VOTORAÇO – O Aço Votorantim - encontra-se hoje entre os três maiores produtores de aços longos do País.

Atualmente com produção de cerca de 450 mil toneladas ano, 70% de sua matéria-prima vem da sucata gerada pela sociedade, a qual recebe de volta novos produtos voltados para a construção civil e indústria.

Os vergalhões Votoração são os pioneiros na obtenção da Marca de conformidade ABNT aprovada pelo Inmetro, atendendo plenamente à norma ABNT/NBR 7480/96.

LINHA CONSTRUÇÃO CIVIL
Vergalhões CA 50
Vergalhões CA 60
Arames Recozidos
Barra de Transferência (Transfer 25)

LINHA INDÚSTRIA
Perfil I
Perfil U
Cantoneiras de Abas Iguais
Fio-Máquina
Redondo Mecânico

www.votoraco.com.br



Referência em materiais de construção e líder do mercado latino-americano de tubos e conexões de PVC, a Tigre tem unidades em Joinville (SC), Rio Claro (SP), Indaiatuba (SP), onde fabrica portas e janelas de PVC com a marca Claris, Camaçari (BA) e na Argentina, Chile, Paraguai e Bolívia, além da Pincéis Tigre, em Castro (PR) e Osasco (SP).

Com a missão de promover o desenvolvimento sustentável do habitat humano, a empresa destaca-se pelos seus processos de produção e pela fabricação de produtos focados na qualidade de vida e bem-estar da sociedade.

A Tigre se posiciona hoje como uma empresa de soluções para os mercados de construção civil predial, infra-estrutura e irrigação.

Em 2002, faturou R\$ 1,178 bilhão. O lucro líquido foi de R\$ 95,3 milhões, o que representou um crescimento de quase 28% em relação ao resultado de 2001. A meta é dobrar de tamanho em três anos, passando para R\$ 2,4 bilhões em 2005.

www.tigre.com.br



Comissão da Indústria da Construção – CIC

Coordenador

Artur Quaresma Filho

Grupo de Trabalho do 5º Construbusiness

Coordenador

Renato José Giusti

Coordenador do Sub-Grupo Técnico

Mário William Esper

Coordenador do Sub-Grupo de Organização

Hugo da Costa Rodrigues Filho

Colaboradores

Adir Aparecido Teixeira - Aguiinaldo de Almeida - Alberto Du Plessis - Antonio Carlos Kieling - Antonio de Lisboa Melo - Antonio Orlando Volpato
Caique Paes de Barros - Carlos Eduardo Duarte Fleury - Caíia Mac Cord Simões Coelho - Celso Luiz Petrucci - Cibele Riba Rumel - Cristina Muniz de Souza
Denis Perez Martins - Eleferios A. Athanasopoulos - Fernando Bueno - Filemon Pereira de Lima - Francisco Sanz Esteban
Gláucia Neder de Abreu - Gleice Carvalho - Guilherme Procópio - Guilherme Renovato Martins - Henry Cherkezian - Jorge Freire Kraljevic
Jorge Hori - José Roberto Bernasconi - José Ruy Demes - Laila Pieroni - Luciana Marganelli - Magaly Ayalla César - Marcia Bononi Campoi
Marcos Otávio Bezerra Prates - Maria Helena Atrasas - Maria Salette de Carvalho Weber - Mario Bernardini - Marta Oliveira - Nabil Cury
Norma Gebran Pereira - Oduvaldo Alvaro - Orestes M. Gonçalves - Orlando Carneiro de Ribeiro Amaud - Paulo Cesar Rezende de Carvalho Alvim
Pedro A. Cortez - Rachel Altino Machado - Rafael Marko - Ricardo Rodrigues Fragoso - Roberto Kochen - Roberto Y. Akazawa
Ros Mari Zenha - Rosane Aparecida dos Santos - Sadalla Domingos - Sergio Antonio Monteiro Porto - Sergio Luiz dos Santos Vieira - Talmo Martins Jr.

Entidades colaboradoras do setor

Associação Brasileira de Argamassa Industrializada - ABAI; Associação Brasileira da Construção Industrializada em Concreto - ABCIC;
Associação Brasileira dos Fabricantes de Tubos de Concreto - ABTC; Associação Brasileira dos Fabricantes de Materiais e Equipamentos para Saneamento - ASFAMAS;
Associação Brasileira dos Fabricantes de Blocos de Concreto - BLOCOPRASIL; CEDIPAC Soluções para Habitat Humano

FIESP/CIESP - Comissão da Indústria da Construção

Sindicato da Indústria da Cerâmica para Construção do Estado de São Paulo - SINDICER;
Sindicato da Indústria da Construção Civil de Grandes Estruturas no Estado de São Paulo – SindusCon-SP;
Sindicato da Indústria da Construção e do Mobiliário de Leme; Sindicato da Indústria da Construção Pesada do Estado de São Paulo - SINICESP;
Sindicato da Indústria da Marcenaria de São Bernardo do Campo - SIM; Sindicato da Indústria de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos e Similares do Estado de São Paulo - SINAEES;
Sindicato da Indústria de Artefatos de Ferro, Metais e Ferramentas em Geral no Estado de São Paulo - SINAFER;
Sindicato da Indústria de Artefatos de Metais Não Ferrosos no Estado de São Paulo - SIAMFESP;
Sindicato das Indústrias de Beneficiamento e Transformação de Vidros e Cristais Planos do Estado de São Paulo - SINBEVIDROS;
Sindicato da Indústria de Condutores Elétricos, Trefilação e Laminação de Metais não Ferrosos do Estado de São Paulo - SINDICEL;
Sindicato da Indústria de Esquadrias e Construções Metálicas do Estado de São Paulo - SIESCOMET;
Sindicato da Indústria de Instalações Elétricas, Gás, Hidráulicas e Sanitárias do Estado de São Paulo - SINDINSTALAÇÃO;
Sindicato da Indústria de Lâmpadas e Aparelhos Elétricos de Iluminação no Estado de São Paulo - SINDILUX; Sindicato da Indústria de Mármore e Granitos do Estado de São Paulo - SIMAGRAN;
Sindicato da Indústria de Material de Segurança e Proteção ao Trabalho do Estado de São Paulo - SINDISEG;
Sindicato da Indústria de Material Plástico do Estado de São Paulo - SINDIPLAST; Sindicato da Indústria de Mineração de Pedra Britada do Estado de São Paulo - SINDIPEDRAS;

Sindicato da Indústria de Móveis de Junco e Vime e Vassouras e de Escovas e Pincéis do Estado de São Paulo - SIMVESP;
Sindicato da Indústria de Pinturas e Decorações de São Paulo - SIPIDESP; Sindicato da Indústria de Produtos de Cimento do Estado de São Paulo - SINPROCIM;
Sindicato da Indústria de Refrigeração, Aquecimento e Tratamento de Ar no Estado de São Paulo - SINDRATAR; Sindicato da Indústria de Tintas e Vernizes no Estado de São Paulo - SITIVESP;
Sindicato da Indústria de Vidros e Cristais Planos e Ocos no Estado de São Paulo - SINDIVIDRO; Sindicato Nacional da Indústria de Trefilação e Laminação de Metais Ferrosos - SICETEL.
Sindicato Nacional da Indústria do Cimento - SNIC; Sindicato Nacional das Indústrias Siderúrgicas; Associação Brasileira da Construção Metálica - ABCEM;
Associação Brasileira da Indústria de Lajes - ABILAJE; Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica - ABINEE;
Associação Brasileira das Empresas de Serviços de Concretagem - ABESC; Associação Brasileira das Empresas de Serviços de Conservação de Energia - ABESCO;
Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança - ABECIP; Associação Brasileira de Cimento Portland - ABCP;
Associação Brasileira de Engenharia e Consultoria Estrutural - ABECE; Associação Brasileira de Engenharia Industrial - ABEMI; Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT;
Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura - AsBEA; Associação Brasileira dos Fabricantes de Tintas - ABRAFATI; Associação Brasileira dos Produtores de Cal - ABPC;
Associação Comercial de São Paulo - ACSP; Associação Nacional de Distribuidores e Processadores de Vidros Planos - ANDIV;
Associação Nacional dos Comerciantes de Materiais de Construção - ANAMACO; Associação Paulista de Empresários de Obras Públicas - APEOP;
Capítulo Nacional Brasileiro da Federação Internacional das Profissões Imobiliárias - FIABCI-BRASIL; Centro de Integração Universidade - Construção e Consultoria - UNICCON;
Comitê Brasileiro da Construção Civil - COBRACON/ABNT; Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado de São Paulo - CREA-SP;
Escola Politécnica da Universidade de São Paulo - POLI/USP; Escola SENAI/SP "Orlando Laviero Ferraiuolo"; Federação do Comércio do Estado de São Paulo - FECOMERCIO-SP;
Instituto Brasileiro de Siderurgia - IBS; Instituto de Arquitetos do Brasil - IAB-SP; Instituto de Engenharia - I.E.; Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais de São Paulo - INOCOOP-SP;
Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S/A - IPT; Instituto Falcão Bauer da Qualidade - IFBQ; Serviço Social da Indústria da Construção e do Imobiliário do Estado de São Paulo - SECONCI;
Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Residenciais e Comerciais de São Paulo - SECOVI-SP; e
Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva - SINAENCO.

Construbusiness 2003

Crescimento! Adote essa política.
Diretrizes de uma Política Industrial para a cadeia Produtiva da Indústria da Construção

5º Seminário da Indústria Brasileira da Construção

Realização

Comissão da Indústria da Construção - CIC
Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP
Centro das Indústrias do Estado de São Paulo - CIESP

Entidades patrocinadoras

ABCP; ABPC; CBCA; IBS e Revestir (ANFACER)

Empresas patrocinadoras

CAMARGO CORRÊA CIMENTOS; CIMENTO NASSAU; CIMPOR BRASIL;
ETERNIT; GERDAU; HOLCIM; ITAMBÉ; QUARTZOLIT; SOEICOM; TIGRE
VOTORANTIM CIMENTOS e VOTORAÇÃO

Apoio

O ESTADO DE S. PAULO

Planejamento e produção editorial

Publicidade Archote

Pesquisa e análises realizadas pela LCA Consultores
Editado e distribuído pela Comissão da Indústria da Construção da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP / CIC e pelas entidades que a integram.

São Paulo - Novembro de 2003

Está autorizada a reprodução total ou parcial deste trabalho, solicitando-se que seja citada a fonte.

Patrocínio

A CIC - Comissão da Indústria da Construção agradece a colaboração das entidades e empresas patrocinadoras para a publicação Construbusiness 2003. Essa iniciativa possibilita que os dados, levantados em abrangente pesquisa, sirvam de subsídio para decisões que reativem a economia e contribuam para a solução dos problemas brasileiros.

ConstruBusiness 2003

O rumo para o desenvolvimento está na construção. Crescimento! Adote essa Política.